

Ex-ministro Bresser-Pereira critica o câmbio apreciado e as altas taxas de juros

Após dez anos sem publicar nenhum novo título, o economista lança obra sobre a economia brasileira e defende o fim da ortodoxia, em prol do desenvolvimento



Bresser-Pereira, durante palestra para membros do Cosec, na Fiesp

O ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira reuniu-se hoje com o Conselho Superior de Economia (Cosec) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e apresentou a palestra "Macroeconomia da Estagnação", mesmo título do livro que o economista acaba de lançar pela Editora 34.

Na obra, assim como na palestra ministrada hoje, Bresser-Pereira critica a adoção de uma política macroeconômica essencialmente ortodoxa, "em detrimento de uma agenda nacional de desenvolvimento que priorizasse os interesses nacionais".

Ele descreve seu novo livro como "uma síntese e um passo adiante em relação à análise que venho fazendo nos últimos anos do sistema econômico brasileiro, de suas relações com a sociedade e a política no Brasil e de sua inserção no capitalismo global".

Entre os pontos que considera essenciais para um "novo desenvolvimentismo", Bresser-Pereira enumera a redução dos juros, o reajuste cambial (com a desvalorização do real frente ao dólar), um ajuste fiscal duro e a "neutralização da doença holandesa".

"Doença holandesa" é o apelido dado, pelos economistas, àquelas situações em que a grande exportação de um produto leva à valorização da moeda de um país, o que torna seus produtos manufaturados menos competitivos. O resultado mais nefasto desse processo é a desindustrialização.

O apelido surgiu como referência a um fenômeno ocorrido na Holanda, no final da década de 70, quando aquele país passou a realizar exportações maciças de gás natural. A exportação promoveu uma grande entrada de dólares, que valorizou muito a moeda local (o florim). O câmbio valorizado tirou a competitividade da indústria holandesa, e o aumento do consumo interno levou à elevação das importações.

Na opinião de Bresser-Pereira, problema semelhante já ocorre no Brasil. A apreciação real é cada vez maior, sem que as exportações totais caiam. A participação das commodities, por sua vez, é crescente.

“Isso dificilmente pode ser explicado sem a identificação da doença holandesa, uma grave falha de mercado que aprecia o câmbio, inviabiliza a indústria, mas é consistente com o equilíbrio a longo prazo da conta corrente do país”, disse o ex-ministro. “Caso esse diagnóstico se confirme, sabemos que a única forma de neutralizar esta maldição dos recursos naturais é impor um imposto sobre a exportação dos bens que lhe dão origem, de forma a deslocar sua curva de oferta para cima e impedir que esses bens pressionem a taxa de câmbio para baixo”.

Como já expôs em artigos e ensaios, Bresser-Pereira propõe, essencialmente, que a sociedade brasileira e os setores interessados discutam um imposto variável e marginal que neutralize esse fenômeno. “Mas essa proposta não implica qualquer confisco”, frisa o economista.

Ele explica: “Dados os preços internacionais hoje vigentes das commodities exportadas, entendo que a alíquota do imposto que venha a ser criado deverá ser zero enquanto a taxa de câmbio for igual ou menor do que os atuais R\$ 2 por dólar. O imposto sobre exportações será, portanto, um imposto marginal, que só existirá ou se tornará positivo se o governo lograr elevar a taxa de câmbio”.

“Uma vez alcançada a taxa de câmbio de equilíbrio – que viabiliza indústrias no estado da arte da tecnologia e neutraliza a doença holandesa –, a alíquota do imposto de cada mercadoria deverá ser definida com uma sobra para o produtor: se a taxa de câmbio for para R\$ 2,60, o imposto deverá ser de no máximo R\$ 0,50, ficando um ganho de R\$ 0,10”, acrescenta.

Além de variar originalmente de mercadoria para mercadoria, dadas as atuais cotações dessas mercadorias, o imposto sugerido por Bresser-Pereira mudaria conforme a variação da cotação internacional de cada uma delas.

“Se essa cotação baixar, a alíquota do imposto deverá baixar proporcionalmente até zero; caso a baixa seja ainda maior, tornando a commodity gravosa, o fundo de estabilização que será criado com o valor do imposto fará uma compensação aos produtores até que o preço internacional volte à normalidade”, completa, lembrando também que “a baixa da alíquota deverá ocorrer com uma defasagem de tempo razoável, de forma a garantir a realização de seu objetivo, que é o deslocamento da oferta do produto para cima”.

O presidente do Cosec, o economista e também ex-ministro Delfim Netto, discordou da tese da doença holandesa de Bresser. “Acho que essa expressão confunde, e não constitui o foco central dos problemas”, observou.

Causas políticas e econômicas

A principal causa política do atual quadro de estagnação econômica do País é, segundo Bresser-Pereira, “a perda da identidade de nação, pois tomamos decisões de acordo com as determinações que vêm dos Estados Unidos”, alerta.

Ele explica que seria ingênuo usar o argumento da globalização – que tornou os países muito mais interdependentes – para tentar explicar a falta de uma agenda focada no fortalecimento da indústria nacional. “A globalização trouxe também uma competitividade muito mais acirrada no mercado mundial, o que torna absolutamente indispensável uma estratégia nacional de competição e desenvolvimento”.

Sobre as causas econômicas, fez duras críticas ao que chamou de “populismo cambial e populismo econômico”. E enfatizou: “Os países que obtêm crescimento econômico consistente dispõem de poupança interna. Existe um mito, segundo os EUA teriam crescido com auxílio da poupança externa. Isso é falso. Com exceção de uns poucos anos no final dos anos de 1890, quando enfrentaram déficit em conta corrente, os EUA sempre dispuseram de poupança interna”.

Bresser-Pereira foi muito enfático na defesa de medidas que assegurem a competitividade da indústria nacional, lembrando sempre que a existência de uma indústria forte é fundamental para a geração de emprego e renda. “É um equívoco afirmar que não existe uma alternativa séria, responsável e competente, que não ofereça risco de trazer a inflação de volta, caso o País opte por abandonar a ortodoxia convencional em suas políticas macro”, garantiu.

O economista lembrou também que os períodos de maior crescimento do País, entre os anos de 1930 e 1980, eram aqueles em que regimes totalitários tomavam conta do País. “Isso não é mais necessário. Hoje, já podemos pensar em desenvolvimento econômico com democracia, pois temos instituições sólidas, ainda que imperfeitas, um enorme mercado e classe empresarial competente”, finalizou.

Sílvia Lakatos, Agência Indusnet Fiesp

Fotos: Kênia Hernandes